COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 57 OUTUBRO 1990

Crescem as manifestações de hostilidade ao ocupante indonésio

São cada vez mais expressivas e dramáticas as demonstrações de repulsa ao ocupante indonésio por parte dos timorenses, sobretudo das camadas mais jovens. Ainda não recompostos das afrontas que tiveram de suportar aquando das visitas do Papa e do embaixador dos EUA, os indonésios viram-se confrontados com mais uma manifestação hostil, em 4 de Setembro.

A demonstração de protesto surgiu no seguimento de uma missa campal, no largo de Lecideri, destinada a assinalar as bodas de ouro da diocese de Dili.

A cerimónia religiosa era presidida pelo Núncio Apostólico em Jacarta - Monsenhor Canallini - coadjuvado por D. Ximenes Belo e sacerdotes de 24 paróquias timorenses. Entre os assistentes encontrava-se o «gobernur» Mário Carrascalão, para além de outras autoridades civis e militares e vários milhares de fiéis.

No término da celebração, um numeroso grupo de timorenses desfraldou cartazes e exibiu dísticos de apoio à Fretilin e em defesa da independência do território, ao mesmo tempo que gritava frases de repúdio pelo ocupante.

Só a intervenção do Bispo Belo e dos padres timorenses logrou acalmar os manifestantes, ao mesmo tempo que o governador impedia a intervenção da polícia, poupando, dessa forma, o Núncio Apostólico ao incómodo de assistir a uma demonstração da brutal repressão vivida no quotidiano pelos timorenses.

A resposta dos indonésios, contudo, não se fez esperar. Nos dias imediatos, numerosos jovens foram detidos e torturados, acusados de encabeçarem a manifestação.

Segundo informações da Resistência, corroboradas por outras fontes no interior do território, cerca de 80 pessoas foram presas na sequência dos incidentes, 50 das quais terão sido deportadas para o distrito de Liquiça, enquanto as restantes permanecem detidas em Dili.

TERRORISMO MILITAR PARA AMEDRONTAR TIMORENSES

A actuação repressiva dos militares indonésios em Timor-Leste tem-se revestido de formas cada vez mais requintadas de exercício da violência.

Para além das prisões arbitrárias e das torturas, têm sido frequentes, nos últimos tempos, acções de terrorismo selectivo contra timorenses, perpretados durante a noite por bandos de arruaceiros, enquadrados por agentes da polícia e militares do

NESTE NÚMERO:

- **Crescem as manifestações contra a ocupação**
- **ACP's reconhecem direito à autodeterminação**
- **D. Ximenez Belo em Portugal**

Exército indonésio - como foi comprovado pela jornalista britânica Claire Bolderson que visitou recentemente o território. Estes verdadeiros «esquadrões da morte» andam armados de pistolas e navalhas que utilizam para provocar, espancar e até matar timorenses que encontrem nas ruas, após o escurecer.

Só no mês de Setembro último foram várias as acções destes grupos.

A título de exemplo indicam-se as seguintes:

- no dia 10, por volta das 19,30 horas, doze soldados indonésios, disfarçados de civis timorenses, anavalharam **Domingos Mau Radi**, timorense de 30 anos, deixando-o morto em frente à Escola Chinesa, em Dili;

- no dia seguinte, 11 de Setembro, **Aleixo Laca**, de 22 anos, foi preso com vinte e cinco outros estudantes, tendo sido torturados pelos polícias e acusados de terem morto Domingos Mau Radi, no dia anterior;

- em 19 de Setembro, pelas 20 horas, um grupo de 25 indonésios, em trajos civis, atacaram um quiosque, junto ao matadouro de Dili (local onde, habitualmente, se concentram jovens timorenses) os quais, desta vez, lograram escapar ilesos;

- na manhã seguinte, a polícia cercou aquele quiosque e prendeu **Agostinho Pereira**, um jovem timorense de 21 anos, estudante do colégio de São José; sabe-se que foi interrogado

sob tortura após o que foi levado pelos indonésios para parte incerta não voltando a ser visto desde essa altura.

Estes acontecimentos têm sido levados ao conhecimento dos membros da Cruz Vermelha Internacional em Timor-Leste, através de familiares e amigos das vítimas. No entanto, não se sabe o que foi feito por esta organização no sentido de proteger as vitimas destes crimes.

A violência sobre o povo de Timor faz-se sentir sistematicamente, visando atemorizar e reprimir a população timorense suspeita de colaboração com a Resistência. A identidade das vitimas de prisões arbitrárias, torturas seguidas de assassínios e execuções sumárias, consta de uma relação que chegou recentemente de Dili, nomeadamente:

- **Agostinho Martins**: foi preso a 17 de Janeiro, torturado e libertado sob ameaça de morte;

- **Tito Pio Saldanha** e **José António Ximenes** : foram presos em Junho, em Becora, e levados para Liquiça onde se encontram detidos; nem a CVI os pode visitar.

- 4 estudantes do ensino secundário, naturais de Manapo, Cailaco, foram presos no dia 12 de Julho, de manhã cedo, por militares do comando sediado nesta vila; foram espancados e levados para o posto militar onde foram torturados; no dia seguinte na Polícia Militar foram novamente espancados; os instrumentos utilizados foram cabos eléctricos, cadeiras, armas, baionetas e cigarros acesos;

- **Domingos Barreto** e **Félix Barreto** (Cailaco) e **João Baptista Lourenço** (Atsabe) foram detidos na mesma altura pelas autoridades militares e torturados em Cailaco e Maliana; no dia 22 de Setembro ainda se encontravam presos;

- **Francisco Lelon** e **Eusébio** foram detidos no aeroporto de Baucau, localidade onde permanecem presos;

- **Kasa Bui**, de Bui Karin (Viqueque) foi detida e violentada no dia 29 de de Agosto por elementos do Batalhão 509; assassinada, o seu corpo foi cortado aos bocados.

Pelo menos 107 pessoas - 66 na prisão de Dili, 10 em Buikarin, 9 em Cailaco, 4 em Maubara, 4 em Lalerek, 5 em Bali - foram presas pelas autoridades militares indonésias desde o principio do ano. Destas, 28 foram torturadas, 9 violadas, 2 executadas e 14 desapareceram.

É frequente os detidos serem libertados durante o dia e novamente presos à noite por soldados trajando civilmente. Os comandos militares negam depois a sua detenção. O autor da maioria dos atropelos aos direitos humanos é o Batalhão 509.□

ACP 's reconhecem direito à autodeterminação

A Assembleia Paritária ACP/CEE votou na última sessão semestral de Setembro, no Luxemburgo, uma resolução sobre a situação em Timor-Leste, na qual «condena a ocupação ilegítima contínua de Timor-Leste» e pede «o reconhecimento por todos os Estados do direito à autodeterminação e independência do povo timorense».

Constituída por 69 representantes dos Estados do Grupo África (incluindo o seu mais recente membro, a Namíbia), Caraíbas e Pacífico e igual número de deputados do Parlamento Europeu, a Assembleia Paritária é o órgão parlamentar da Convenção de Lomé que, iniciada em 1975, visa promover relações de cooperação global entre aqueles Estados.

A resolução aprovada, com 1 voto contra - o do Sudão - e 7 abstenções, foi a 4ª tomada de posição daquela Assembleia sobre Timor-Leste. A mesma transitava da precedente reunião, em Port Moresby (capital da Papua Nova Guiné), onde as ameaçadoras pressões extra-sessão das diplomacias indonésia e australiana sobre os membros ACP e, particularmente, sobre o país hospedeiro, inviabilizaram a sua apresentação. A resolução final, que reuniu várias resoluções antes propostas, foi apresentada pelos eurodeputados portugueses Maria Belo, do PS, Barros Moura, do PCP, e Mendes Bota, do PSD, entre outros europeus de diversas famílias políticas, e com o apoio dos representantes PALOP presentes à Assembleia. Lucas Pires, do CDS, e Torres Couto, do PS, foram os restantes parlamentares de Portugal presentes nesta reunião.

O texto, depois de lembrar a carta em que o Bispo Ximenes Belo pede a organização de um referendo no território, pede a «**abertura imediata de um inquérito judicial completo e independente sobre as informações relatando prisões arbitrárias de manifestantes pacíficos e sevícias cometidas sobre eles**», «**a libertação incondicional dos presos por oposição à ocupação indonésia, e a suspensão das execuções sumárias**». Pede também «**liberdade de acesso e de movimento a observadores internacionais e representantes de organizações de defesa dos direitos humanos para que averigúem as condições de aplicação das disposições internacionais sobre Direitos Humanos**».

A resolução condena ainda «**o acordo estabelecido entre a Austrália e a Indonésia para partilhar a exploração das jazidas de petróleo de Timor-Leste**», ao mesmo tempo que convida os membros da Assembleia Paritária a «**pedir insistentemente aos seus Governos e às outras instituições comunitárias e ACP/CEE que exerçam pressão sobre a Indonésia**».

O Secretário-Geral das Nações Unidas é convidado a «**não se concertar unicamente, na sua busca de uma solução, com Portugal e a Indonésia, mas também com os representantes do povo de Timor-Leste**». De destacar a proposta de criação de um «**grupo ad hoc encarregado de elaborar um relatório sobre a situação**», que estude igualmente «**a possibilidade no plano jurídico da adesão de Timor-Leste ao grupo dos Estados ACP, dado o seu direito à autodeterminação**».

Tratou-se de um primeiro passo para um maior envolvimento por parte dos Estados ACP, situação que tem precedente pois os signatários da Convenção de Lomé incluíam nas suas Assembleias, por exemplo, observadores da Namíbia muito antes de ela ser independente e sentar-se como membro de pleno direito.

Uma outra proposta de resolução, apresentada por Mendes Bota, que veio a subscrever a resolução final, estabelecia o paralelismo da situação verificada em Timor-Leste com a invasão e ocupação do Koweit e sustentava que «**a solidariedade internacional manifestada na condenação unânime e enérgica da ocupação do Koweit pelo Iraque deve ser extensível a todas as situações de desrespeito pelo direito internacional de que Timor-Leste é exemplo**». Este ponto defendido por Mendes Bota não foi retido pela resolução final por «**ferir demasiados compromissos**». De notar que o eurodeputado do PSD se referia também explicitamente à Convergência Nacionalista Timorense ao pedir a transmissão da resolução «**ao Conselho de Ministros ACP-CEE, à Comissão, ao Secretário Geral da ONU, aos governos da Indonésia e de Portugal e à Convergência Nacionalista de Timor**».

A Indonésia, embora não sendo membro dos Estados ACP, enviou uma delegação de diplomatas - observadores extra-sessão - e exerceu pressões sobre os representantes ACP, e alguns europeus, para que a proposta de resolução fosse retirada da discussão, alegando motivos processuais (forum inadequado). As manobras de Port Moresby, desta vez, não deram os mesmos resultados.

Os parlamentares portugueses presentes no encontro manifestaram publicamente o seu consenso quanto à questão de Timor, de que a resolução é sinal. Pela primeira vez nestas Assembleias, e a convite dos deputados portugueses, esteve presente uma delegação da Convergência Nacionalista Timorense e um membro do grupo **A Paz é Possível em Timor-Leste**. □

D.Ximenes Belo: regresso a Lisboa

Cinco anos depois de ter estado em Portugal, D.Ximenes Belo voltou ao nosso país. Contrariamente ao que então aconteceu, em que procurou passar despercebido, o Bispo timorense falou desta vez para a rádio e os jornais.

Muitos, porém, dos que o escutaram sentiram-se ludibriados: esperavam uma palavra de encorajamento e apenas ouviram lamúrias.

CRITICISMO

Coincidindo com o desembarque de D.Ximenes em Lisboa, chegava ao exterior um documento datado de fins de Maio deste ano, assinado por 16 dos 22 padres timorenses que desenvolvem a sua actividade em Timor-Leste, e onde estes faziam uma reflexão sobre o comportamento do Bispo Belo enquanto Administrador Apostólico da Diocese de Dili.

Começando por relembrar que a sua escolha para substituir D.Martinho da Costa Lopes, em 1983, tinha sido uma opção claramente política, tanto da parte do governo indonésio como do Vaticano, os subscritores do documento criticam-no por se recusar a delegar responsabilidades, levando a uma centralização das estruturas organizativas da diocese com o consequente mau funcionamento das mesmas. Segundo eles, D.Ximenes não tem a preocupação de promover a utilização do tetum, a língua oficial da diocese, na liturgia, tendo passado o controlo do Seminário dos Jesuítas portugueses para os indonésios. Os padres timorenses criticam também asperamente os missionários estrangeiros, tanto os indonésios como os outros, que chegam àquele território com «ares de superioridade», usando o indonésio, em vez do tetum, na liturgia e que são conhecidos entre a população pelos «padres bapaks» ("bapak" em língua indonésia significa "pai", pessoa mais velha, de maior saber; os timorenses, porém, dentro da lógica colonizador-colonizado, dão-lhe o sentido oposto).

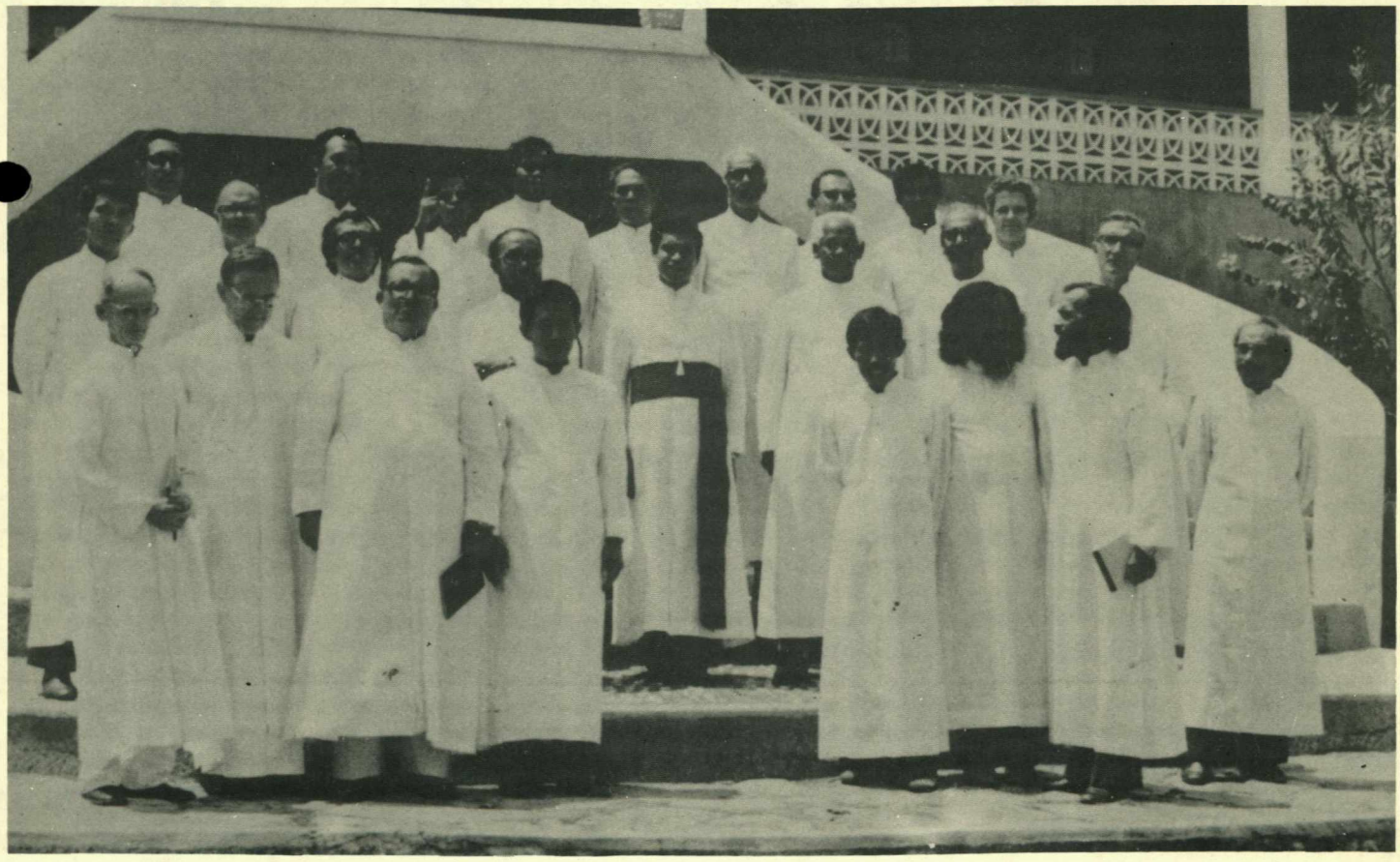
DE ROMA PARA LISBOA

Em Roma, por onde passou antes de vir para Lisboa, D.Ximenes encontrou-se com o Papa, um encontro que durou apenas 20 minutos. Daqui, com um passaporte português especialmente emitido pela embaixada portuguesa em Roma, viajou para Portugal, país onde viveu durante 8 anos, ao tempo em que era estudante.

Em entrevista dada ao jornal **Público** de 26 de Setembro, disse que pensava que o Papa estava ao corrente dos acontecimentos em Timor-Leste, que a crise que se vivia no território lhe parecia muito difícil de resolver e que rezava todos os dias por Timor. Questionado sobre se ainda continuava a apoiar a realização de um referendo, respondeu, cuidadosamente, apoiar todas as iniciativas que garantissem os direitos do povo.

D.Ximenes aproveitou igualmente as oportunidades que lhe foram oferecidas pela imprensa portuguesa para uma longa diatribe contra aqueles que usavam a palavra maubere para designar o povo de Timor-Leste, palavra que considerou pejorativa, pedindo ao Presidente da República portuguesa, Dr.Mário Soares, para a deixar de utilizar nas suas intervenções. Esta posição não deixou de provocar alguma surpresa, pois num momento tão dramático e decisivo da vida de Timor-Leste, questões haveriam, bem mais importantes, para denunciar. Fernando Sylvan, um conceituado intelectual timorense presidente da Sociedade de Língua Portuguesa, considerou-a extemporânea já que as próprias Nações Unidas a tinham reconhecido e integrado no seu vocabulário universal.

O Bispo Belo teceu também armas contra a Solidariedade para com o povo de Timor-Leste, afirmando que a mesma se limitava a palavras. Para ele, a solidariedade deveria traduzir-se, por exemplo, na oferta de um carro para a sua diocese (**O Jornal**, 28 de Setembro). O Bispo, no entanto, não fez qualquer referência à marca do mesmo. □



TEMPOS MODERNOS

O Jornal

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317